

Público	Periodicidade: Diário
08-09-2022	Classe: Informação Geral
	Âmbito: Nacional
	Página(s): 1,2,3,4

Medidas anti-inflação lançam debate sobre mudanças nas pensões

Regra de actualização das pensões, criada em 2008, posta em causa após anúncio do pacote de medidas de

apoio às famílias. Vieira da Silva, que a criou, diz que faz sentido porque está datada **Destaque 2 a 7**

Público

08-09-2022

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Pagina(s): 1,2,3,4

Governo lança debate sobre reforma nas pensões

Regra de actualização do valor das pensões, criada em 2008, colocada em causa depois de anúncio do pacote de medidas de apoio às famílias anti-inflação

Sérgio Anibal

A medida surgiu dentro do pacote de políticas destinadas a ajudar as famílias a enfrentar a subida da inflação, mas, pela forma como foi feita, acabou por ser um primeiro passo decisivo para aquilo que pode vir a ser mais uma reforma do sistema de pensões em Portugal.

António Costa anunciou na passada segunda-feira que os pensionistas irão receber, durante o mês de Outubro, um valor adicional equivalente a metade da sua pensão para os ajudar a lidar com a subida de preços. É uma entrega de dinheiro única, feita através do Orçamento do Estado, e por isso não tem qualquer efeito nos indicadores de sustentabilidade da Segurança Social.

A questão é que, ao mesmo tempo, o Governo decidiu também que, em 2023, em vez dos aumentos que poderiam ir até aos 8% que resultariam da fórmula de actualização

automática das pensões prevista na lei (por causa da inflação alta de 2022), as subidas a realizar serão substancialmente mais baixas, não ultrapassando os 4,5%.

Como explicou já ontem o primeiro-ministro, o Governo quis evitar os efeitos negativos que, neste ano de inflação elevada, a aplicação da regra de actualização das pensões em vigor teria na sustentabilidade do sistema. "Transformar a inflação deste ano num impacto permanente na Segurança Social poria em causa algo que é absolutamente fundamental preservar, que é a sustentabilidade futura da Segurança Social", disse.

Na prática, o que o Governo fez, ao suspender a aplicação da regra, foi assumir que, com uma inflação tão elevada, ela não cumpre um dos objectivos para que foi criada: o de ajudar a garantir a sustentabilidade do sistema de pensões.

A regra actualmente em vigor foi criada em 2008 e faz depender do valor da inflação registado e do cres-



cimento da economia dos últimos dois anos o valor da actualização das pensões do ano seguinte. Em 2023, como a inflação está muito alta este ano e o crescimento foi também elevado em 2021 e 2022, as pensões poderiam subir em valores situados entre os 7% e os 8%, de acordo com os cálculos do próprio Governo, que decidiu travar esta consequência.

A dúvida que está lançada agora é a de saber se, depois deste ano, a regra vai voltar a ser seguida. Tudo indica, neste momento, que dificilmente isso irá acontecer e que este foi mesmo o primeiro passo para o início de uma reforma.

Há dois meses, o executivo tinha anunciado a criação de uma comissão, liderada por Mariana Trigo Pereira, para estudar a sustentabilidade do sistema de Segurança Social e apresentar propostas até ao final do próximo mês de Junho. Esta terça-feira, a ministra do Trabalho e da Segurança Social, Ana Mendes Godinho, esclareceu que uma das tarefas da comissão será precisamente a de,

Regra actualmente em vigor foi criada em 2008 e depende da inflação e do crescimento

em 2023, avaliar aquilo que se irá fazer às pensões em 2024.

As fragilidades da regra de actualização das pensões ainda em vigor são variadas e têm vindo a ser assinaladas ao longo dos anos.

"Ilógico" e "não simétrico"

Miguel Coelho, economista e ex-vice-presidente do conselho directivo do Instituto da Segurança Social, assinala, por exemplo, que ao não permitir reduções das pensões no momento em que os preços baixam, "a fórmula de cálculo acaba por não ser simétrica". "E o sistema era equilibrado se apontasse para variações das pensões nos dois sentidos. É talvez por isso que, agora, quando a inflação sobe muito, também se quer evitar um aumento muito forte das pensões", afirma.

Ricardo Paes Mamede, professor no ISCTE, por outro lado, vê problemas no facto de o valor do aumento das pensões num determinado ano depender exclusivamente daquilo que aconteceu no ano anterior.



As grandes reformas não passam por deixar de fazer um aumento de 8% e passar a fazer um de 4,5%

Ricardo Paes Mamede
Professor no ISCTE



Cálculo de pensões de reforma

“Não tenho nenhum fetichismo pela actual fórmula”

Entrevista

Liliana Borges

Vieira da Silva Em 2008, era ministro do Trabalho e criou, pela primeira vez, uma fórmula para o pagamento de pensões

O Governo estará a estudar uma modificação à fórmula que permite calcular a actualização do valor das pensões, criada em 2008 pelo então ministro do Trabalho, Solidariedade e da Segurança Social, José António Vieira da Silva. Ao PÚBLICO, o antigo governante elogia a decisão do Governo, diz que a fórmula que desenhou há 14 anos está datada e que é preciso encerrar as regras sobre a actualização das pensões com relativa flexibilidade.

Na segunda-feira o Governo anunciou que a fórmula de cálculo das pensões irá ser revista. Como “pai” desta fórmula, como vê a decisão?

Este contexto é absolutamente excepcional. Já não se pode dizer irrepitível porque já vivemos tantos contextos, mas este é mesmo um contexto excepcional porque há uma inflação como não tínhamos há muitos anos. Há muitos factores de incerteza e risco. Muitos falam de uma futura recessão. Na União Europeia esse cenário não está afastado. Em situações excepcionais, as fórmulas têm sempre de adaptar-se. Felizmente para Portugal, a nossa economia tem tido um comportamento muito positivo. Mais positivo do que o esperado, também do lado das receitas da Segurança Social. Mas ninguém sabe o que virá num futuro relativamente próximo. E ninguém é capaz de responder a isso de forma sustentada. Haverá uma tendência para recuo da inflação. Sente-se isso nos EUA. Talvez na Europa seja menos sensível porque os problemas da energia são diferentes.

Isso quer dizer que a fórmula deve ser mudada? Faz sentido que seja. Já tem muitos anos. Não tenho nenhum fetichismo por aquela fórmula. Acho que a fórmula foi boa porque estabilizou uma dimensão que antes estava

caótica. Antes disso, os Governos faziam como queriam, sem qualquer critério à partida. E eram mais sensíveis aos ciclos políticos. Na prática, esta fórmula teve vários momentos em que houve uma imposição para que fosse alterada. Isto não é excepção. O Governo soube aproveitar bem o facto de estarmos com uma boa situação orçamental.

A fórmula foi tendo mudanças...

Já teve várias mudanças. Houve uma correcção à fórmula para um quadro para a qual não tinha sido pensada – uma situação de desinflação que não estava prevista. Chegou a estar suspensa.

Quando voltou a estar em

aplicação, também se fizeram algumas alterações no sentido de alargar para dois IAS [Indexante dos Apoios Sociais] o valor do apoio pago ao primeiro escalão. Outra das mudanças foi feita para compensar os anos de congelamento. Foi nessa data que houve os aumentos extraordinários, ou seja, a fórmula foi aplicada, mas houve um acréscimo com um racional de todas as pensões mais baixas que não tinham tido crescimento para que pudessem ter, parcial ou totalmente, os valores que teriam tido se a fórmula estivesse em execução. Agora a inflação é mais alta do que se esperava – embora não tão alta como já foi.

Lembro-me da inflação a 30%.

Tendo em conta esta instabilidade dos últimos anos, faz sentido continuar a ter uma fórmula?

É algo que veremos. Acho que faz sentido manter uma fórmula, estrategicamente. Isso dá estabilidade. Mas temos de estar preparados para que, em situações de natureza excepcional, haja possibilidade de adaptar a fórmula. Exigir que uma fórmula consiga ser funcional num cenário tão instável é pedir muito. As situações excepcionais normalmente precisam de respostas excepcionais. **A decisão de António Costa faz sentido agora?**

É uma medida que dá um horizonte (até ao final de 2023) de que a compensação fará face à inflação. Ao mesmo tempo, o Governo fez uma maior política de equilíbrio orçamental, já que uma parte da despesa [da Segurança Social] será alocada este ano. Também antecipa alguma capacidade de resposta dos pensionistas já para Outubro. Para alguns pensionistas, será um valor significativo e importante.

E que regras fazem sentido para 2024?

Depende das medidas que o Governo vier a tomar. Há cenários completamente diferentes e que vão exigir uma reflexão sobre como se pode gerir o equilíbrio das contas públicas. Ninguém está a fazer antevistas desse tipo. Há muitos países que estão a fazer actualizações às pensões de seis em seis meses, ou até menos. Vão corrigindo.

Em situações excepcionais, as fórmulas [de cálculo de pensões de reforma] têm sempre de adaptar-se



8%

Em 2023, pensões poderiam subir em valores situados entre os 7% e os 8%, de acordo com os cálculos do próprio Governo

“É ilógico as pessoas passarem um ano inteiro a ter de lidar com uma inflação superior e só no ano seguinte terem o aumento correspondente. O aumento poderia levar em conta também as expectativas da inflação para o ano seguinte”, defende o economista, que diz compreender, por isso, que este ano o Governo tenha decidido realizar uma antecipação.

O facto de isso ter sido feito penalizando o valor futuro das pensões é que é motivo de críticas. “O Governo não pode fazer as coisas assim. Se considera que há um problema

de sustentabilidade, então discuta o problema e introduza reformas”, afirma Ricardo Paes Mamede, que teme que “o contrato de confiança que representa o sistema de Segurança Social esteja em risco”. “A não ser que o Governo diga rapidamente que nos aumentos futuros vai compensar, o que não disse, isso acontece, porque os pensionistas deixam de saber se as regras são mesmo para valer ou não”, afirma.

Para Miguel Coelho, o facto de se estar a iniciar uma reforma desta forma indicia também que os grandes problemas do sistema não irão ser resolvidos. “O sistema já está desequilibrado, não é um aumento das pensões mais fortes num ano que o vai substancialmente desequilibrar. É verdade que a medida toma da prejudicial, no longo prazo, o valor das pensões e, por isso, beneficia as contas do sistema, mas não resolve nada. As grandes reformas não passam por deixar de fazer um aumento de 8% e passar a fazer um de 4,5%”, afirma.

Público

08-09-2022

Periodicidade: **Diário**

Classe: **Informação Geral**

Âmbito: **Nacional**

Página(s): **1,2,3,4**

Debate na AR

O maior aumento ou um corte de mil milhões? Depende de quem fala

Leonete Botelho

Costa rejeita corte nas reformas e justifica decisão sobre pensões com sustentabilidade da Segurança Social

Ao terceiro dia, a polémica em torno da decisão do Governo em antecipar em Outubro o pagamento de metade do aumento das pensões previsto para o próximo ano continua a incendiar o país político. Afinal, "trata-se do maior aumento de pensões dos últimos 20 anos", como afirmou a ministra Ana Catarina Mendes, ou de um corte de mil milhões, como garante o líder do PSD, Luís Montenegro? "É um problema", resumiu o Presidente da República, falando de "duas realidades" a partir de Brasília.

A primeira, disse Marcelo Rebelo de Sousa, é "saber se, sim ou não, é possível decompor aquilo que seria o aumento do ano que vem de forma a que se antecipe, atendendo à situação difícil vivida por muitos portugueses, uma parte do pagamento". "Outra coisa, que é o que preocupa as pessoas, é saber depois qual é a base de cálculo" para o futuro, prosseguiu, considerando que "esse é que é o problema: se é apenas aquilo que é metade do total ou se é o bolo total".

Na terça-feira, o ministro das Finanças já tinha deixado claro que vai ficar em aberto a forma como o Governo vai fazer o cálculo do aumento de pensões para 2024, afirmando apenas que, no próximo ano, nenhum pensionista vai perder um cêntimo do que está previsto na fórmula legal. Ontem, o primeiro-ministro reiterou esta posição, acabando por confirmar que a antecipação decidida para Outubro pode mesmo afectar as pensões dos anos subsequentes.

"Transformar esta inflação deste ano com impacto permanente na Segurança Social poria em causa algo que é absolutamente fundamental preservar, que é a sustentabilidade futura da Segurança Social", disse o chefe do Governo em Faro, em declarações transmitidas pelas televisões, referindo-se ao impacto futuro que a inflação deste ano, que "anda à volta dos 7%", teria na despesa futura das pensões.

No entanto, o chefe do executivo rejeitou que a solução encontrada possa ser lida como um corte. "A pensão em pagamento em Janeiro de 2024 nunca vai ser inferior à pensão



TIAGO PEREIRA/USA

Na abertura do debate na Comissão Permanente, ainda antes do arranque do ano parlamentar, a líder parlamentar do PCP tinha considerado que, "no caso das pensões, as propostas do Governo constituem mesmo uma fraude aos pensionistas que terá, a prazo, o efeito de um corte permanente das pensões." E frisou: "O Governo que anda há meses a propagandar o aumento histórico, afinal o que pretende, na verdade, é condicionar e obstar a valorização das pensões e das reformas."

Entre PS e PSD, o debate correu ao estilo de "espelho, espelho meu, quem é menos austero do que eu?" Nas contas do deputado socialista Carlos Pereira, "perante o pacote de 4000 milhões de euros do Governo, o PSD propôs 1000 milhões e depois subiu para 1500 milhões".

Mas também aqui há duas realidades, como demonstrou Joaquim Miranda Sarmento, líder da bancada social-democrata: "O Governo antevê 1000 milhões de despesa de 2023, pelo que se tiramos esses mil aos 2,4 mil milhões [do pacote agora apresentado], ficam só 1,4 mil milhões de despesa, abaixo do que propõe o PSD". "Poucoquinho", prosseguiu, sublinhando que o que é dado a mais aos pensionistas, no final das contas, "é zero" face ao que tinham direito em 2023.

Onde está o Wally?

A pergunta foi de Inês Sousa Real, do PAN, mas já antes o líder do Chega, André Ventura, tinha perguntado por Fernando Medina: "Onde está o ministro das Finanças? Escondido em casa para não vir aqui enfrentar o embuste do pacote que apresentou." Ventura fez outras contas para chegar ao valor de 20 mil milhões de euros de imposto arrecadado pelo Governo devido à inflação. "E apresenta um pacote de quatro mil milhões? A isto chama-se um roubo escondido." O liberal Rui Rocha optou por outra linguagem: "Isto é austeridade escondida com um pacote de fora."

De austeridade também falou a bloquista Mariana Moriáguas: "Num cenário de abundância, o que o PS faz é ir buscar argumentos a Pedro Passos Coelho para convencer as pessoas de que o empobrecimento é inevitável". "Foi para isto que o PS pediu a maioria absoluta", afirmou, ao recordar que foi por pressão do BE que, em 2015, António Costa "descongelou a lei de actualização das pensões".

em pagamento em Dezembro de 2023", afirmou. E sublinhou que a fórmula de cálculo das pensões "também não foi aplicada nos últimos seis anos", quando Portugal tinha "inflações tão baixas que não permitiram qualquer tipo de actualização da pensão minimamente decente", lembrando que as pensões mais baixas tiveram aumentos extraordinários de dez euros.

Costa foi ao baú da *troika* buscar o que foram, de facto, cortes nas pensões e rendimentos, dando o mote para o debate parlamentar da tarde: "Os pensionistas percebem bem o que é perder pensões. Perder pensões é, como já aconteceu no passado, cortar as pensões que as pessoas têm. É as pessoas estarem a ganhar hoje 100 e no dia a seguir estarem a ganhar menos de 100." À tarde, no debate sobre inflação pedido pelo PCP no Parlamento, a ministra adjunta e dos Assuntos Parlamentares desenvolveu o ponto: "Quanto a truques, houve um de que não me esqueço: num dia, os pensionistas portugueses recebiam 14 meses de pensão e, na manhã



Quanto a truques, houve um de que não me esqueço: num dia, os pensionistas recebiam 14 meses e, na manhã seguinte, já tinham menos dois

Ana Catarina Mendes
Ministra adjunta e dos Assuntos Parlamentares

seguinte, já tinham menos dois meses de pensões. Assim, sem pré-aviso". Truque é quando em 2015 estava preparado para enviar para Bruxelas um corte de 600 milhões de euros nas pensões", acrescentou.

Reacções

"A base de cálculo das pensões para o futuro é que é o problema"

Marcelo Rebelo de Sousa
Presidente da República

"Os pensionistas percebem bem o que é perder pensões. Perder pensões é, como já aconteceu no passado, cortar as pensões que as pessoas têm"

António Costa
Primeiro-ministro

"O PS sempre tinha querido congelar as pensões"

Catarina Martins
Líder do BE

"A inflação não é uma inevitabilidade, nem as injustiças e as desigualdades são obra do acaso"

Paula Santos
Líder parlamentar do PCP

"Diz o Governo que, apesar deste roubo escondido, vai dar aos pensionistas um grande aumento. É ou não verdade que foi alterada a fórmula de cálculo das pensões?"

André Ventura
Presidente do Chega

"Não podemos persistir em políticas e acções erradas e achar que, no final, vai correr tudo bem"

Carla Castro
Deputada da IL